

As vitórias do revisionismo

Robert Faurisson

Teerão, 11 de Dezembro de 2006

*Ao Presidente Mahmoud Ahmadinejad
Aos nossos presos de consciência Ernst Zündel, Gernar Rudolf, Horst Mahler
A Arthur Butz, Fred Leuchter, Barbara Kulaszka, Ahmed Rami, Gerd Honsik, Heinz Koppe*

Resumo

No Processo de Nuremberga (1945-1946), o tribunal dos vencedores acusou, nomeadamente, a Alemanha vencida:

- 1) de ter ordenado e planificado o extermínio físico dos judeus da Europa;
- 2) de ter elaborado e utilizado para tal fim armas de destruição maciça denominadas, em particular, “câmaras de gás”;
- 3) de ter provocado, essencialmente através dessas armas mas igualmente por outros meios, a morte de seis milhões de judeus.

Para apoiar esta tripla acusação, retomada desde há sessenta anos pelo conjunto dos grandes médias ocidentais, não se apresentou nenhuma prova que resista a um exame. O Professor Robert Faurisson concluiu em 1980:

«As supostas câmaras de gás hitlerianas e o suposto genocídio dos judeus formam uma única e mesma mentira histórica, que permitiu uma gigantesca vigarice política e financeira de que os principais beneficiários são o Estado de Israel e o sionismo internacional e as principais vítimas o povo alemão, mas não os seus dirigentes, e o povo palestino na sua totalidade»

Em 2006, mantém integralmente esta conclusão. Em quase sessenta anos, os revisionistas, começando pelos franceses Maurice Bardèche e Paul Rassinier, acumularam, do ponto de vista histórico e científico, uma impressionante série de vitórias sobre os seus adversários.

Apresentam-se aqui vinte exemplos dessas vitórias que vão desde 1951 até aos nossos dias.

O revisionismo não é uma ideologia mas um método inspirado pela busca da exactidão em matéria histórica. As circunstâncias fazem com que o revisionismo seja ainda uma grande aventura intelectual do tempo presente.

Nascido em 1929, de pai francês e mãe britânica (escocesa), Robert Faurisson ensinou letras clássicas (francês, latim, grego), especializando-se, primeiro em análise de textos da literatura francesa moderna e contemporânea, e, finalmente, na crítica de textos e documentos (literatura, história, médias). Ensinou na Sorbone e na Universidade de Lião. Devido às suas posições revisionistas foi proibido de ensinar. Em múltiplas ocasiões foi condenado nos tribunais. Sofreu dez agressões físicas. Em França, todo e qualquer acesso à imprensa, rádio e televisão é-lhe vedado, bem como a qualquer outro revisionista. Entre as suas obras: Ecrits révisionnistes (1974-1998), em quatro volumes (2ª edição, LV-2027 p.)

Advertência

A presente exposição tem por título «As vitórias do revisionismo» e não «História do revisionismo» ou «Argumentos da tese revisionista». Trata unicamente das vitórias que os nossos adversários tiveram que conceder-nos, seja de maneira explícita ou implícita. Não se espere encontrar aqui, portanto, a menção sistemática de autores, obras ou argumentos revisionistas. Se, porém, devesse recomendar um breve mostruário de leituras revisionistas, aconselharia a obra de referência fundamental que é *The Hoax of the Twentieth Century/The Case Against the Presumed Extermination of European Jewry*, publicado em 1976 por Arthur Robert Butz. O livro é magistral. Nos seus trinta anos de existência ninguém tentou a sua refutação, de tal modo é sólida a sua construção; aconselho a sua leitura na edição de 2003 que tem a vantagem de conter cinco notáveis suplementos. Conviria também ler o famoso relatório de Fred Leuchter, *An Engineering Report on the Alleged Execution Gas Chambers at Auschwitz, Birkenau and Majdanek, Poland*; recomendo a sua leitura na edição de capa dourada editada por Samisdat Publishers de Toronto em 1988, que contém, na página 42, o texto de uma carta de 14 de Maio de 1988 sobre a total ausência de orifícios nos tectos das pretensas câmaras de gás dos crematórios II e III de Auschwitz-Birkenau; F. Leuchter publicou igualmente três relatórios mais sobre a questão das câmaras de gás. Do químico alemão Germar Rudolf não se pode deixar de ler, pelo menos, *Lectures on the Holocaust/Controversial Issues Cross Examined*, Theses and Dissertations Press (PO BOX 257768, Chicago, IL 60625, USA), 2005, 566 p., bem como a impressionante série (mais de trinta volumes até ao momento) que publicou com o título *Vierteljahreshefte für freie Geschichtsforschung*, sem contar, em inglês, com a sua revista *The Revisionist* e muitas outras publicações que fazem da obra de G. Rudolf (actualmente com 42 anos e preso na Alemanha) um formidável monumento científico. Citemos, por fim, o *opus magnum* da advogada canadiana Barbara Kulaszka, *Did Six Million Really Die? / Report of the Evidence in the Canadian "False News" Trial of Ernst Zündel, 1988*, publicado em 1992; devido à sua densidade tipográfica resulta numa obra de cerca de mil páginas, um formato pouco habitual, e nele se vê que, em dois longos processos movidos contra Ernst Zündel em 1985 e em 1988 ante um tribunal de Toronto, a acusação, confrontada com a argumentação revisionista, sucumbiu; um verdadeiro Estalinegrado para os historiadores ortodoxos, começando pelo maior de entre eles, Raul Hilberg. Estudos essenciais foram escritos pelos alemães Wilhelm Stäglich e Udo Walendy, o italiano Carlo Mattogno, o espanhol Enrique Aynat Eknes, o suíço Jürgen Graf e uma dezena de outros autores. As 97 edições do *The Journal of Historical Review* (1980-2002), que se devem em boa parte ao americano Mark Weber,

constituem uma mina de informação sobre todos os aspectos da investigação revisionista. Em França, Pierre Guillaume, Serge Thion, Henri Roques, Pierre Marais, Vincent Reynouard, Jean Plantin continuaram a senda de Maurice Bardèche e de Paul Rassinier. São já incontáveis em todo o mundo as publicações e os sítios de Internet de carácter revisionista, não obstante a censura e a repressão.

O «Holocausto» permanece, apesar disso, a única religião oficial de todo o Ocidente, uma religião mortífera como poucas. E que continua a enganar milhões de pessoas honestas através dos mais grosseiros processos: exibição de montes de armações de óculos, de cabelos, de sapatos ou de bagagens apresentadas como «reliquias» de «gaseados», fotografias falsificadas ou desviadas do seu sentido, utilização de documentos inofensivos alterados ou interpretados contrariamente ao seu significado, encenações de testemunhas profissionais, multiplicação até ao infinito de monumentos, de cerimónias, de espectáculos, propaganda shoática desde a escola, viagens organizadas aos lugares santos do pretenso martírio judeu e processos de grande espectáculo com apelos ao linchamento.

O presidente Ahmadinejad usou a palavra correcta: o pretenso «Holocausto» dos judeus é um «mito», ou seja é **uma crença** sustentada pela **credulidade** ou **ignorância**. Em França é perfeitamente lícito proclamar que não se acredita em Deus, mas não se pode dizer que não se acredita no «Holocausto», ou simplesmente que dele se duvida. Esta proibição de qualquer tipo de contestação tornou-se formal e oficial com a lei de 13 de Julho de 1990. A referida lei foi publicada no *Journal Officiel de la République Française* no dia seguinte, ou seja a 14 de Julho, dia de comemoração da República e da Liberdade. Estabelece que a pena pode ir até um ano de prisão e uma multa de 45.000 euros, mas é igualmente possível a condenação ao pagamento de indemnização por danos e prejuízos e a consideráveis gastos em publicações judiciais. A jurisprudência precisa que tudo isto se aplica “mesmo que [a dita contestação] seja apresentada sob forma disfarçada ou dubitativa ou por via de insinuação” (*Code pénal*, Paris, Dalloz, 2006, p. 2059). A França só possui, portanto, um mito oficial, o do «Holocausto», e só conhece uma blasfémia, a que ofende o «Holocausto».

Pessoalmente, em 11 de Julho de 2006, fui intimado, uma vez mais, pela justiça para comparecer perante um tribunal de Paris com fundamentação nesta lei especial. O presidente do tribunal que me ia julgar, Nicolas Bonnal, tinha seguido um curso de formação em repressão do revisionismo na Internet, um curso organizado pelo Centro Simon Wiesenthal de Paris sob o patrocínio do Conselho Representativo das Instituições Judias de França (CRIF)! Num comunicado triunfalmente intitulado: «O CRIF participa de maneira activa na formação de magistrados europeus», esse organismo judaico, cujo poder político é exorbitante, não havia temido anunciar *urbi et orbi* que contava com Nicolas Bonnal entre os seus alunos ou estagiários

http://www.crif.org/?page=articles_display/detail&aid=7222&artyd=2&stinfo=297.376.1467 . E não é tudo. No meu julgamento, para não destoar, a procuradora da República foi uma judia chamada Anne de Fontette; na exposição da sua acusação e apesar de supostamente falar em nome de um Estado laico, apelou à vingança de «Yahweh, protector do seu povo eleito» contra os «lábios falsos» de Faurisson, culpado de haver concedido uma entrevista telefónica de carácter revisionista a uma emissora radiotelevisiva iraniana, Sahar 1.

As conclusões da investigação revisionista

Os alemães do Terceiro Reich quiseram **extirpar** os judeus da Europa, mas não exterminá-los. Desejaram «uma solução final **territorial** da questão judaica» e não uma “solução final” no sentido de uma qualquer supressão física (desejar a «solução final do desemprego» não significa desejar a morte dos desempregados). Os alemães tiveram campos de **concentração** mas não «campos de extermínio» (expressão forjada pela propaganda aliada). Utilizaram **câmaras de gás para desinfecção** que funcionavam, sobretudo, com um insecticida denominado Zyklon B (à base de ácido cianídrico) mas jamais possuíram câmaras de gás homicidas nem camiões de gás homicidas. Utilizaram **foros crematórios para a incineração de cadáveres** e não para neles queimarem seres vivos. Após a guerra **as chamadas fotografias de «atrocidades nazis» mostravam-nos enfermos, moribundos ou mortos**, mas não assassinados. Devido quer ao bloqueio dos aliados, quer aos seus sistemáticos bombardeamentos generalizados, quer ao apocalipse sofrido pela Alemanha no final de um conflito de quase seis anos, **a fome e as epidemias, particularmente o tifo**, haviam devastado o país e, em particular, os campos de trabalho na zona oeste do país, sobrepovoados pela chegada maciça dos detidos evacuados dos campos de trabalho do leste e privados de alimentos, de medicamentos e do Zyklon B necessário para a protecção contra o tifo.

Nessa carnificina que é uma guerra, sofre-se. Numa guerra moderna, os civis das nações beligerantes sofrem por vezes tanto, senão mais que os soldados. Durante o conflito que, de 1933 a 1945, os opôs aos alemães, os judeus europeus sofreram certamente, mas infinitamente menos do que ousam afirmar com desplante. É verdade que os alemães os trataram como uma minoria hostil ou perigosa (e razões havia para tal) e contra essa gente as autoridades do III Reich viram-se obrigadas a adoptar, por via da guerra, medidas cada vez mais coercivas de polícia ou segurança militar. Em alguns casos, as referidas medidas traduziram-se em reclusão em campos de internamento ou na deportação para campos de concentração ou de trabalhos forçados. Ocasionalmente, judeus foram executados por sabotagem, espionagem, terrorismo e sobretudo por guerrilha a favor dos aliados, principalmente na frente russa, mas nunca pela simples razão de serem judeus. Hitler nunca ordenou nem permitiu que se **matasse** uma pessoa por razão da sua raça ou religião. Quanto ao número de seis milhões de mortos judeus, é uma pura invenção que nunca foi justificada, apesar dos esforços nesse sentido do instituto Yad Vashem de Jerusalém.

Face às formidáveis acusações lançadas contra a Alemanha vencida os revisionistas disseram aos acusadores:

- 1) Mostrem-nos um único documento que, em vossa opinião, demonstre que Hitler ou qualquer outro nacional-socialista tenha ordenado e planificado o extermínio físico dos judeus;
- 2) Mostrem-nos essa arma de destruição maciça que teria sido uma câmara de gás; mostrem-nos uma apenas, em Auschwitz ou qualquer outro local; e se por acaso pretendem afirmar que não podem mostrar nenhuma porque os alemães teriam, segundo vós, destruído «a arma do crime», mostrem-nos ao menos um desenho técnico que represente um desses matadouros que, ainda segundo vós, teriam sido destruídos pelos alemães, e expliquem-nos como pôde funcionar essa arma de fantástico rendimento sem provocar a morte dos executantes e seus ajudantes;

- 3) Expliquem-nos como chegaram ao vosso número de seis milhões de vítimas.

Ora em mais de sessenta anos os historiadores-acusadores, judeus ou não, foram incapazes de fornecer resposta a estas três solicitações. Acusaram, portanto, sem provas. Chama-se a isso **caluniar**.

Porém, há algo mais grave: os revisionistas enumeraram uma série de factos reais que demonstram que esse extermínio físico, essas câmaras de gás e esses seis milhões não puderam existir. 1) O primeiro desses factos é o de que, durante todo o decurso da guerra, milhões de judeus europeus viveram à vista de todos, sendo uma boa parte deles empregue pelos alemães em fábricas que careciam dramaticamente de mão-de-obra e portanto esses milhões de judeus não foram mortos. Melhor ainda: os alemães ofereceram obstinadamente aos Aliados, até aos últimos meses do conflito, entregar-lhes tantos judeus quanto desejassem, desde que não fosse para enviá-los para a Palestina, por consideração ao «nobre e valente povo árabe» já sobrecarregado pelos colonos judeus. 2) O segundo destes factos, que nos é cuidadosamente ocultado, é que os excessos eventualmente cometidos contra os judeus podiam acarretar os mais severos castigos; matar um único judeu ou judia podia acarretar, até para os soldados alemães, ser condenado à morte por um tribunal militar e fuzilado. Dito de outro modo, os judeus que viviam sob a administração alemã continuavam, sempre que observassem as leis vigentes, a gozar da protecção do direito penal, mesmo face às forças armadas. 3) O terceiro destes factos é o de que as pretensas câmaras de gás de Auschwitz ou de qualquer outro local são simplesmente inconcebíveis por razões físicas ou químicas que são evidentes: jamais depois do pretenso gazeamento com gás cianídrico de centos ou milhares de homens num local, outros homens teriam podido penetrar nesse verdadeiro banho de veneno para manipular e extrair tantos cadáveres que, impregnados de veneno cianídrico, tanto superficial como profundamente, seriam **intocáveis**. O gás cianídrico adere fortemente às superfícies, penetrando até no betão ou nos ladrilhos, sendo de difícil ventilação; penetra na pele, instala-se nos corpos, mistura-se aos humores. Nos Estados Unidos é precisamente este gás que se utiliza ainda nos nossos dias numa câmara de gás para executar um condenado à morte, mas precisamente essa câmara é de aço e vidro, equipada com maquinaria forçosamente complexa e requer extraordinárias precauções no emprego, bastando ver uma câmara de gás americana destinada à execução de um único indivíduo para se perceber que as pretensas câmaras de gás de Auschwitz, que se supõe terem servido para executar multidões de indivíduos, dia após dia, não podem ter existido nem funcionado.

Mas então, dirão, que aconteceu a todos aqueles judeus que nós, revisionistas, chegámos à conclusão que jamais foram assassinados? E aí está a resposta, diante dos nossos olhos e ao alcance de todos: uma parte dos judeus da Europa morreu, tal como dezenas de milhões de não judeus, devido à guerra, à fome, às epidemias e outra parte deles, milhões deles, sobreviveu de facto à guerra. E estes últimos fizeram-se chamar abusivamente de «milagrosos». Em 1945, os judeus europeus «sobreviventes» ou «milagrosamente salvos» contavam-se por milhões e disseminaram-se por uma cinquentena de países do mundo, a começar pela Palestina. Como é que uma pretensa decisão de extermínio físico total dos judeus poderia ter gerado deste modo milhões de judeus «milagrosamente salvos»? Milhões de «milagrosamente salvos» já não é um milagre, é um falso milagre, é uma **mentira**, é uma fraude.

Pela minha parte, em 1980, resumi numa frase de sessenta palavras as conclusões das investigações revisionistas:

As supostas câmaras de gás hitlerianas e o suposto genocídio dos judeus formam uma única e mesma mentira histórica, que permitiu uma gigantesca vigarice política e financeira de que os principais beneficiários são o Estado de Israel e o sionismo internacional e as principais vítimas o povo alemão, mas não os seus dirigentes, e o povo palestino na sua totalidade.

Hoje, em 2006, ou seja vinte e seis anos depois, mantenho integralmente esta frase. Não me era ditada por nenhuma simpatia ou antipatia política ou religiosa. Encontrava fundamento nos factos comprovados que começavam a ser revelados, de um lado, por Maurice Bardèche, em 1948 e 1950, com os seus dois livros sobre o processo de Nuremberga e, por outro, por Paul Rassinier, em 1950, com a publicação de *Le mensonge d'Ulysse*. A partir de 1951, ano após ano, os nossos adversários, tão ricos, tão poderosos, tão obstinados em praticar todas as formas possíveis de repressão contra o revisionismo, viram-se obrigados a progressivamente dar-nos **razão nos planos técnico, científico e histórico**. As vitórias obtidas pelo revisionismo da Segunda Guerra Mundial são numerosas e significativas, mas, devemos reconhecê-lo, são infelizmente quase desconhecidas do grande público. Os poderosos tudo fizeram para ocultar do mundo essas vitórias. Tal é compreensível: o seu domínio e a sua partilha do mundo fundamentam-se de algum modo na religião do suposto «Holocausto» dos judeus. Questionar o «Holocausto», revelar publicamente essa extraordinária impostura, arrancar a máscara a políticos, a jornalistas, a historiadores, a universitários, a religiosos, a clãs e capelas que, durante mais de sessenta anos, predicaram a mentira ao mesmo tempo que lançavam o seu anátema sobre os ímpios, constituí uma perigosa aventura. Mas, como veremos, apesar da repressão, parece que o tempo acaba por jogar a favor dos revisionistas.

Exemplos de vitórias revisionistas

Apenas lembrarei aqui vinte dessas vitórias.

1) **Em 1951**, o judeu Léon Poliakov, que estivera adjunto à delegação francesa no processo de Nuremberga (1945-1946), chegou à conclusão de que, para todos os aspectos da história do III Reich dispúnhamos de uma superabundância de documentos, com excepção de um único ponto: a «campanha de extermínio dos judeus». Acerca dela escreve, «Não subsistiu **nenhum documento, eventualmente nenhum terá jamais existido**» (*Bréviaire de la haine*, Paris, Calmann-Lévy, 1974 [1951], p.171.)

Observação: Existe aqui uma extraordinária concessão à tese revisionista. Na realidade, tão formidável empresa criminal supostamente concebida, ordenada, organizada e perpetrada pelos alemães teria precisado de uma ordem, de um plano, de instruções, de um orçamento.. Uma tal empresa, praticada durante anos, sobre todo um continente e causando a morte de milhões de vítimas teria deixado uma montanha de provas documentais. Por conseguinte, **se nos vêm dizer que talvez nunca tenham existido essas provas documentais, é porque o crime em questão não foi perpetrado**. Perante a completa falta de documentos o historiador não pode senão calar-se. L. Poliakov fez esta concessão em 1951, ou seja há cinquenta e cinco anos. Ora convém saber que, desde 1951 até 2006, os seus sucessores

fracassaram igualmente nos seus intentos de encontrar a mínima prova documental. Episodicamente, aqui e ali, assistimos a tentativas de nos convencer desta ou daquela descoberta mas sempre, como veremos, a retirada e fracasso se seguiram.

2) **Em 1960**, Martin Broszat, membro do Instituto de História Contemporânea de Munique, escreveu «Nem em Dachau, nem em Bergen-Belsen, nem em Buchenwald foram gaseados judeus ou outros prisioneiros» (*Die Zeit*, 19 de Agosto de 1960, p. 16).

Observação: Esta concessão súbita e inexplicada é significativa. No processo de Nuremberga, a única câmara de gás homicida que a acusação se atrevera a mostrar fora a de Dachau e numerosos haviam sido os testemunhos de gaseamentos homicidas nos três campos supra mencionados. M. Broszat reconhece, pois, implicitamente, que aqueles testemunhos eram falsos. Não nos diz em quê eram falsos. Não nos diz igualmente porque razão outros testemunhos referentes, por exemplo, a Auschwitz, Majdanek, Treblinka, Sobibor ou Belzec, ao invés, continuariam a ser dignos de fé. Nos anos 80, em Dachau, um letreiro informava em cinco idiomas que «a câmara de gás disfarçada de duche» que os turistas visitavam «nunca havia sido utilizada» como tal. Os revisionistas perguntaram então por que motivo aquele habitáculo podia ser classificado como «câmara de gás» homicida. E por isso as autoridades do Museu de Dachau retiraram esse letreiro para o substituir por um outro que, em alemão e inglês, diz agora: «Câmara de gás. Aqui se encontrava o centro potencial de assassinato em massa», e acrescenta que «até 150 homens de cada vez podiam ser gaseados» neste espaço com Zyklon B. Note-se o emprego das palavras «potencial» e «podiam» (em inglês, «potential» e «could»). A escolha destas palavras testemunha uma intenção abjecta de logro: sugere aos turistas a ideia de que a dita «câmara de gás» serviu efectivamente para matar, mas, ao mesmo tempo, permite replicar aos revisionistas: «Não afirmámos expressamente que esta câmara de gás serviu para matar, apenas dissemos que *podia* ou *teria podido* servir, à época, para matar tantas pessoas». Para concluir, em 1960, M. Broszat, sem nenhuma explicação, decretou numa simples carta que ninguém havia sido gaseado em Dachau; nos anos seguintes, as autoridades do Museu de Dachau, manifestamente incomodadas, tentaram mediante diversos embustes que variaram ao longo do tempo, enganar os visitantes deixando-os crer que nessa sala com aspecto de duche (*et pour cause*, uma vez que outra coisa não era) se havia efectivamente procedido ao gaseamento de pessoas.

3) **Em 1968**, a historiadora judia Olga Wormser-Migot, na sua tese sobre *Le Système concentrationnaire nazi, 1933-1945* (Paris, Presses universitaires de France, 1968) dedicou um extenso desenvolvimento ao que ela chama «O problema das câmaras de gás» (p. 541-544). Aí exprime o seu cepticismo sobre o valor dos célebres testemunhos que atestam a existência de câmaras de gás em campos como o de Mauthausen ou de Ravensbrück. Sobre Auschwitz I é peremptória: esse campo em que, ainda hoje, os turistas visitam uma suposta câmara de gás era, na realidade, «sem câmaras de gás» (p. 157).

Observação: Para arremessar contra os vencidos horríveis acusações de gaseamentos homicidas, apenas se confiou nos testemunhos e **ninguém verificou** esses testemunhos. Observemos aqui o caso particular de Auschwitz-I: há 38 anos uma historiadora judia teve o mérito de escrever que esse campo «não possuía câmaras de gás»; não obstante, ainda hoje, em 2006, multidões de turistas visitam um habitáculo que ousam apresentá-lhes falaciosamente como uma «câmara de gás». Estamos, pois, perante uma fraude.

4) **Em 1979**, trinta e quatro historiadores franceses assinaram uma extensa resposta comum aos argumentos técnicos que eu havia pessoalmente invocado para demonstrar que a existência e funcionamento das câmaras de gás nazis se chocam com impossibilidades materiais radicais. De acordo com a tese oficial, Rudolf Höss, um dos três sucessivos comandantes de Auschwitz, teria **confessado** (!) e descrito como se gaseavam os judeus em Auschwitz e Birkenau. De acordo com essa confissão, muito vaga, quando as vítimas aparentavam ter exalado o último suspiro, colocava-se em funcionamento um aparelho de ventilação e uma equipa de prisioneiros judeus entrava de imediato na vasta sala para retirar os cadáveres e transportá-los até aos fornos crematórios. R. Höss afirmou que os judeus levavam a cabo esse trabalho de modo displicente, fumando e comendo. Observei que tal era impossível: não se pode entrar a fumar e a comer num local saturado de ácido cianídrico (gás virulento, penetrante e explosivo) para tocar, manipular e daí extrair, com grande esforço, milhares de cadáveres impregnados de ácido cianídrico e, conseqüentemente, intocáveis. Na sua declaração os trinta e quatro historiadores responderam-me: **«Não importa perguntar como, tecnicamente, foi possível semelhante assassinato em massa. Foi tecnicamente possível uma vez que ocorreu»** (*Le Monde*, 21 de Fevereiro de 1979, p. 23).

Observação: Esta resposta equivale a esquivarem-se à pergunta colocada. Se alguém se esquivar assim é porque é incapaz de responder. E se trinta e quatro historiadores se mostram a tal ponto incapazes de explicar como foi perpetrado um crime de tais dimensões é porque esse crime desafia as leis da própria natureza; sendo, portanto, imaginário.

5) **Em 1979**, igualmente, as autoridades americanas decidiram-se enfim a tornar públicas as fotografias aéreas de Auschwitz que, até então, mantinham ocultas. Com cinismo ou ingenuidade, os dois autores da publicação, Dino A. Brugioni e Robert G. Poirier, ex-membros da CIA, deram à pequena colecção de fotografias o título *The Holocaust Revisited* e colaram, aqui e além, umas etiquetas com as palavras «gas chamber(s)», porém, nos seus comentários nada justifica semelhantes denominações (CIA, Central Intelligence Agency, Washington, February 1979, ST-79-10001).

Observações: Hoje, em 2006, esta fraude faz-nos pensar na miserável demonstração do ex-ministro americano Colin Powell tentando provar, através do mesmo procedimento de etiquetas coladas sobre fotografias aéreas, a existência de «armas de destruição maciça» no Iraque de Saddam Hussein. Na realidade, essas fotografias de Auschwitz invalidam de modo contundente a tese das câmaras de gás nazis. O que se vê claramente nelas, são pacíficos fornos crematórios sem qualquer multidão de pessoas apinhadas no exterior à espera de entrar para os supostos vestiários e supostas câmaras de morte. Os terrenos circundantes estão desimpedidos e são visíveis de todos os lados. As faixas dos jardins desses crematórios estão bem desenhadas e de modo algum se nota que tenham sido espezinhas, diariamente, por milhares de pessoas. O crematório n.º 3, por exemplo, é contíguo ao que sabemos ser, graças aos documentos do Museu Estatal de Auschwitz, um campo de futebol e perto ainda de um campo de voleibol (*Hefte von Auschwitz*, 15, 1975, ilustração fora do texto da página 56 e página 64). Está também muito próximo dos dezoito pavilhões hospitalares do campo masculino. Ocorreram trinta e duas missões aéreas dos Aliados sobre toda esta zona que incluía ainda as importantes instalações industriais de Monowitz. Compreende-se que os Aliados tenham bombardeado por várias vezes o sector industrial, evitando na medida do possível o que era evidentemente um campo de concentração, de trabalho e de trânsito e não um «campo de extermínio», sobre o qual não caíram mais do que algumas bombas perdidas.

6) **Em 1982**, em 21 de Abril, fundou-se em Paris uma associação para o estudo dos assassinatos por gás sob o regime nacional-socialista (ASSAG) «com o objectivo de investigar e controlar os **elementos que contribuem para a prova** da utilização de gases tóxicos pelos responsáveis do regime nacional-socialista na Europa para matar pessoas de diferentes nacionalidades, contribuir para a publicação desses **elementos de prova**, estabelecendo, para tal, todos os contactos úteis tanto a nível nacional como internacional». O artigo 2º dos estatutos dispõe: «**A duração da associação limitar-se-á à realização do objectivo** enunciado no artigo 1º». Ora esta associação fundada por catorze pessoas, entre elas Germaine Tillion, Georges Wellers, Geneviève Anthonioz (apelido de solteira de Gaulle), o advogado Bernard Jouanneau e Pierre Vidal-Naquet, não publicou nada em quase um quarto de século e continua a existir em 2006. No caso em que se afirma, erradamente, que produziu o livro denominado *Chambres à gaz, secret d'Etat*, convirá recordar que se trata antes da tradução para francês de uma obra publicada em alemão por Eugen Kogon, Herman Langbein e Adalbert Rückerl e na qual figuram algumas contribuições de alguns membros da ASSAG (Paris, Editions de Minuit, 1984).

Observação: Por si só o título desta obra dá uma boa ideia do seu conteúdo: em vez de provas, suportadas por fotografias de câmaras de gás, desenhos, esquemas, relatórios de peritos sobre a arma do crime, o leitor apenas descobre especulações a partir do que ali se denomina «elementos de prova» (e não «provas») e isso porque, dizem-nos, essas câmaras de gás teriam constituído o maior dos segredos possíveis, um «segredo de Estado». Se existe uma «arma de destruição maciça» que teria merecido uma peritagem em boa e rigorosa forma, é sem sombra de dúvida essa arma. Com efeito, ela constitui uma anomalia na história da ciência pelo menos por duas razões: não teve precedentes nem tão-pouco continuação; surgiu do nada para a ele regressar. Ora na história da ciência não se conhece nenhum fenómeno deste tipo. Em todo o caso, dado o facto de que continua a existir ainda hoje em 2006, pode dizer-se que essa associação chamada ASSAG ainda não levou a cabo o objectivo para o qual foi fundada, fará em breve vinte e cinco anos. Por conseguinte não encontrou ainda as provas, nem sequer os elementos de prova da existência das «câmaras de gás nazis».

7) **Em 1982**, de 29 de Junho a 2 de Julho, teve lugar em Paris, na Sorbonne, um colóquio internacional sob a presidência de dois historiadores judeus, François Furet e Raymond Aron. De acordo com os seus organizadores, tratava-se de uma ocasião para replicar solene e publicamente a Robert Faurisson e a «um punhado de anarco-comunistas» que lhe tinham trazido o seu apoio (alusão a Pierre Guillaume, Jean-Gabriel Cohn-Bendit, Serge Thion, bem como a outros libertários, alguns dos quais judeus). No último dia, na tão esperada conferência de imprensa, os dois organizadores tiveram que admitir publicamente que, «apesar das mais eruditas investigações», não se encontrara uma única ordem de Hitler para matar os judeus. Quanto às câmaras de gás, nem sequer a elas aludiram.

Observação: Esse colóquio constituiu a primeira tentativa de mostrar ao grande público que os revisionistas mentiam. Tal como em outros colóquios do mesmo género (particularmente em 1987, também na Sorbonne), foi proibido o acesso aos revisionistas e, como todos os demais colóquios sem excepção, redundou num completo fracasso para os organizadores.

8) **Em 1983**, a 26 de Abril, terminava finalmente, em recurso, o longo processo que me tinha sido movido em 1979, nomeadamente por organizações judaicas, por «danos a terceiros» pela «falsificação da história» (sic). Nesse dia a primeira câmara do tribunal de

recurso civil de Paris, secção A (presidente Grégoire) ao mesmo tempo que confirmava a minha condenação por «danos a terceiros», elogiava com justificação em apoio a qualidade do meu trabalho. Pronunciava, efectivamente, que não se podia encontrar nos meus escritos sobre as câmaras de gás **nenhum sinal de ligeireza, nenhum rasto de negligência, nenhum rasto de ignorância deliberada, nenhum rasto de mentira e que por conseguinte «o valor das conclusões defendidas pelo Sr. Faurisson [sobre as câmaras de gás] depende pois apenas da apreciação dos peritos, dos historiadores e do público».**

Observação: Se não se pode imputar ao autor dos trabalhos que refutam as teses das câmaras de gás nem ligeireza, nem negligência, nem ignorância deliberada, nem mentira, nem «falsificação», isso é a prova de que os seus trabalhos são os de um investigador sério, aplicado, consciencioso, probo e autêntico, e em tal grau que se deve poder ter o direito de sustentar publicamente, como ele o faz, que as câmaras de gás não passam de um mito.

9) **Em 1983**, a 7 de Maio, Simone Weil, que é judia e «sobrevivente do genocídio», declarou a propósito das câmaras de gás: «No curso do processo movido a Faurisson por ter negado a existência das câmaras de gás, os que o movem são constrangidos a fornecer a prova formal da realidade das câmaras de gás. Ora todos sabem que os nazis **destruíram essas câmaras de gás e eliminaram sistematicamente todas as testemunhas**» (*France-Soir Magazine*, 7 de Maio de 1983, p.47).

Observação: Se não existe nem arma do crime, nem testemunhos, o que é que fica? Que pensar dos locais apresentados a milhões de visitantes enganados como sendo câmaras de gás? Que pensar dos personagens que se apresentam como testemunhas ou como milagrosamente salvos das câmaras de gás? Pelo seu lado, **Simone Weil é a primeira autoridade holocáustica a ter assim dado a entender que toda a pretensa testemunha dos gaseamentos não pode ser senão uma falsa testemunha.** Já em 6 de Março de 1979, num debate dos «Dossiers de l' écran» organizado pela televisão francesa por ocasião da estreia da série americana «Holocaust», ela havia manifestado o seu desprezo por Maurice Benroubi, apresentado como uma «testemunha das câmaras de gás». Este último permanecera depois disso extremamente discreto em relação ao seu «testemunho» publicado pouco antes no *L'Express* (3-9 de Março de 1979, p. 107-110).

10) Em 1961, o judeu Raul Hillberg, Number One dos historiadores ortodoxos, havia publicado a primeira edição da sua obra capital, e foi **em 1985** que publicou a sua segunda edição profundamente revista e corrigida. Entre estas duas vai uma distância considerável que não pode explicar-se senão pela sucessão de vitórias conseguidas entretanto pelos revisionistas. Na primeira edição o autor havia afirmado friamente que «a destruição dos judeus da Europa» fora iniciada com base em ordens sucessivas de Hitler. Não indicava nem a data, nem o conteúdo dessas ordens. Continuadamente pretendia explicar em detalhe o processo político, administrativo e burocrático dessa destruição; por exemplo, chegava ao extremo de escrever que em Auschwitz o extermínio de judeus se organizava num escritório que se encarregava ao mesmo tempo da desinfecção das roupas e do extermínio de seres humanos (*The Destruction of the European Jews*, **1961**, reeditado em 1979 por Quadrangle Books, Chicago, p. 177, 570). Ora em **1983**, renunciando totalmente a esta explicação, R. Hilberg veio subitamente afirmar que o processo de «destruição dos judeus da Europa» se desenvolvera, ao fim e ao cabo, sem plano, sem organização, sem centralização, sem projecto, sem orçamento, mas muito simplesmente graças a «um incrível encontro de mentes, **uma transmissão de pensamento consensual** no seio de uma vasta burocracia», a burocracia alemã (*an incredible meeting of minds, a consensus mind reading by a far-flung*

bureaucracy) (Newsday, New York, 23 de Fevereiro de 1983, p. II/3). Esta explicação será confirmada por R.Hilberg sob juramento no processo Zündel de 1985 em Toronto, a **16 de Janeiro de 1985** (acta verbatim, p. 848); posteriormente confirmá-la-á de novo mas com outras palavras, na versão profundamente revista da sua obra (*The Destruction of the European Jews*, New York, Holmes & Meier, 1985, p. 53, 55, 62; em francês, *La Destruction des Juifs d'Europe*, Paris, Fayard, 1988, p. 51, 53, 60). Finalmente, confirma-a outra vez em **Outubro de 2006** numa entrevista concedida ao *Le Monde*: «Não havia nenhum esquema director preestabelecido. Quanto à questão da decisão é parcialmente insolúvel: nunca se encontrou nenhuma ordem assinada pela mão de Hitler, possivelmente porque tal documento nunca existiu. Estou convicto que as burocracias são dirigidas por uma espécie de estrutura latente: cada decisão acarreta outra, e outra e assim sucessivamente, mesmo que não seja possível prever exactamente a etapa seguinte» (*Le Monde des livres*, 20 de Outubro de 2006, p.12).

Observação: O historiador Number One do genocídio dos judeus viu-se tão desamparado que chegou repentinamente ao ponto de desdizer-se e de explicar uma gigantesca empresa de assassinato colectivo como se esta tivesse sido de algum modo obra do Espírito-Santo. Evoca, efectivamente, um «encontro de mentes» no seio de uma burocracia e classifica esse encontro como «incrível». Se é incrível, porque se haveria de crer nele? Deveremos porventura crer no incrível? Invoca, também, a «transmissão de pensamento» que classifica de «consensual», mas trata-se de uma pura especulação intelectual baseada em crença no sobrenatural. Como crer num fenómeno deste género, sobretudo no seio de um vasto aparelho burocrático, e em particular tratando-se da burocracia do III Reich? É de realçar que, seguindo o exemplo de R. Hilberg, nos anos 1980-1990, os historiadores oficiais começaram a abandonar a história e a aproximar-se da metafísica e do jargão. Colocaram a questão se do ponto de vista do conhecimento conviria ser «intencionalista» ou «funcionalista»: seria necessário supor que o extermínio dos judeus se havia produzido tendo por base uma «intenção» (ainda não demonstrada) e de acordo com um plano determinado (ainda não encontrado), ou ter-se-ia esse extermínio auto-produzido, de forma espontânea e improvisada, sem qualquer intenção formal e sem nenhum plano? Este tipo de confusa controvérsia demonstra o desespero de historiadores que, incapazes de apresentar provas ou documentos que sustentem as suas teses, se vêem reduzidos a teorizar no vazio. No fundo, uns, os «intencionalistas», dizem-nos: «Forçosamente teve que haver uma intenção e um plano, que ainda não encontramos, mas que eventualmente um dia viremos a descobrir», enquanto que os outros nos dizem: «Não é necessário procurar provas de uma intenção e de um plano, porque tudo pode ter ocorrido sem intenção, sem plano e sem deixar vestígios; tais vestígios são impossíveis de encontrar porque nunca existiram»...

11) **Em Maio de 1986**, em França, alguns judeus, alarmados ao constatar que não conseguiam replicar aos revisionistas sobre o estrito plano da razão, decidiram levar a cabo uma acção com o objectivo de lograr a repressão legal do revisionismo. Estes judeus são principalmente George Wellers e Pierre Vidal-Naquet, reunidos, com os seus amigos, em torno do grande rabi de França, René Samuel Sirat (*Bulletin quotidien de l'Agence télégraphique juive*, 2 de Junho de 1986, p. 1, 3). Ao cabo de quatro anos conseguiram, graças sobretudo ao judeu Laurent Fabius, presidente da Assembleia nacional, a aprovação, em 13 de Julho de 1990, de uma lei especial que permite condenar qualquer pessoa que expresse publicamente uma postura revisionista relativamente ao «extermínio dos judeus» a uma pena que pode ir até um ano de prisão, uma multa de um máximo de 300.000 francos (45.000 euros) e outras penas mais. Este golpe de força constitui a mais flagrante confissão

de debilidade.

Observação: G. Wellers e P. Vidal-Naquet alarmaram-se sobretudo pelo acórdão de 26 de Abril de 1983 (ver, supra, o ponto 8). O primeiro escreveu: «O tribunal reconheceu que [Faurisson] estava bem documentado. O que é falso. É surpreendente que o tribunal se tenha deixado enganar» (*Le Droit de Vivre*, Junho-Julho de 1987, p. 13). O segundo escreveu que o tribunal de apelação de Paris «reconheceu a seriedade do trabalho de Faurisson, o que é um cúmulo, e só o condenou finalmente por haver agido com intenção malévola ao resumir as suas teses em "slogans"» (*Les Assassins de la mémoire* », Paris, La Découverte, 1987, p. 182).

12) **Em 1986**, em Agosto, Michel de Boüard, ex-resistente deportado, professor de história, decano da Faculdade de Letras da Universidade de Caen, membro do «Institut de France», responsável, no seio do Comité de História da Segunda Guerra Mundial, pela comissão de história da deportação, declarou que, ao fim e ao cabo, «**o dossier está podre**». Precisando que o dossier em questão, o da história do sistema concentracionário alemão, estava «podre», segundo as suas próprias palavras, «pelas «enormes fantasias, inexactidões obstinadamente repetidas, especialmente no plano numérico, de amálgamas, de generalizações». Aludindo aos estudos dos revisionistas acrescentava que existiam, «por outra parte, estudos críticos muito precisos para demonstrar a inanidade desses exageros» (*Ouest-France*, 2-3 de Agosto de 1986, p. 6).

Observação: O senhor de Boüard era um historiador profissional, e inclusivamente o historiador francês mais competente no tema da história da deportação. Até 1985 defendia a postura estritamente ortodoxa e oficial. Porém, após a leitura da tese do revisionista Henri Roques sobre o pretense testemunho do SS Kurt Gerstein, compreendeu o seu erro. Reconheceu-o honradamente, chegando a dizer que se até então havia pessoalmente caucionado a ideia da existência de uma câmara de gás no campo de Mauthausen, se enganara por dar crédito ao que se dizia. (A sua morte prematura em 1989 privou o campo revisionista de uma eminente personalidade que prometera publicar uma obra destinada a prevenir os historiadores contra as mentiras oficiais da história da Segunda Guerra Mundial).

13) **Em 1988**, Arno Mayer, professor americano de origem judia, que lecciona História da Europa Contemporânea na Universidade de Princeton escreveu, a respeito das «câmaras de gás nazis»: «As fontes para o estudo das câmaras de gás são, a um tempo, **raras e pouco fiáveis**». (*Sources for the Study of the gas chambers are at once rare and unreliable*) (*The "Final Solution" in History*, New York, Pantheon Books, 1988, p. 362; em francês, *La "Solution finale" dans l'histoire*, prólogo de Pierre Vidal-Naquet, Paris, La Découverte, 1990, p. 406).

Observação: Ainda hoje, em 2006, o grande público persiste em crer que, tal como incansavelmente lhe sugerem os médias, as fontes para o estudo das câmaras de gás são inumeráveis e indiscutíveis. No colóquio da Sorbonne de 1982, Arno Mayer, tal como o seu amigo Pierre Vidal-Naquet, não poupou as palavras mais duras aos revisionistas; ora seis anos mais tarde verifica-se que esse historiador ultra-ortodoxo se aproximou consideravelmente das conclusões revisionistas.

14) **Em 1989**, o historiador suíço Philippe Burrin, admitindo o princípio, sem o demonstrar, que as câmaras de gás nazis e o genocídio judeu existiram, tentou determinar em que data se tomara a decisão de exterminar fisicamente os judeus da Europa e quem havia

tomado essa decisão. Não conseguiu melhor que todos os seus confrades «intencionalistas» ou «funcionalistas» (*Hitler et les juifs / Genèse d'un génocide*, Paris, Seuil, 1989). Teve que constatar a ausência de vestígios do crime e notar o que decidiu chamar «o apagar obstinado do vestígio de uma passagem de homem» (p. 9). Lamenta «**as grandes lacunas de documentação**» e acrescenta: «Não subsiste **nenhum documento que contenha uma ordem de extermínio assinada por Hitler**. (...) Segundo toda a verosimilhança, as ordens foram dadas verbalmente [...] **aqui os vestígios não são apenas pouco numerosos e dispersos, mas ainda de difícil interpretação**» (p. 13).

Observação: Eis aqui outro historiador profissional que reconhece não poder apresentar nenhum documento que sustente a tese oficial. O grande público imagina que os vestígios do crime de Hitler são numerosos e sem qualquer ambiguidade, porém o historiador que examinou a documentação correspondente, esse não encontrou nada para além de escassas aparências de «vestígios» sobre cuja interpretação se interroga.

15) **Em 1992**, Yehuda Bauer, professor na Universidade Hebraica de Jerusalém, declarou numa conferência internacional sobre o genocídio dos judeus, realizada em Londres: «O público continua a repetir, dia após dia, a **história tola** (*the silly story*) segundo a qual foi em Wannsee que se decidiu o extermínio dos judeus» (comunicado da Jewish Telegraphic Agency reproduzido no *The Canadian Jewish News*, 30 de Janeiro de 1992).

Observação: Para além do facto de que uma leitura atenta das «actas» da reunião de Berlim-Wannsee de 20 de Janeiro de 1942 demonstra que os alemães contemplavam uma «solução final **territorial [eine territoriale Endlösung]** da questão judaica», tendo em vista a fixação dos judeus num espaço geográfico por determinar, a declaração bem retardatária de Yehuda Bauer confirma que esse ponto capital da tese de extermínio dos judeus carece, de facto, de qualquer valor. Acrescentaremos, da nossa parte, que o extermínio dos judeus não foi decidido nem em Wannsee nem em parte alguma. A expressão «campos de extermínio» não é mais do que uma invenção da propaganda de guerra americana e há exemplos que demonstram que, durante a guerra, o assassinato de um só judeu ou de uma só judia expunha o seu autor, quer fosse civil ou militar, membro ou não das SS, a ser julgado em conselho de guerra do exército alemão e a ser fuzilado (em sessenta anos, nem um só historiador ortodoxo deu jamais qualquer explicação para este tipo de factos revelados pela defesa perante até o Tribunal de Nuremberga).

16) **Em Janeiro de 1995**, o historiador francês Eric Conan, co-autor com Henry Rousso de *Vichy, un passé qui ne passe pas* (Paris, Gallimard, 2001; [1994, 1996]), escreveu que eu tinha tido finalmente razão, ao afirmar, em finais dos anos 70, que a câmara de gás visitada em Auschwitz por milhões de turistas era totalmente falsa. De acordo com Eric Conan, expressando-se num grande semanário francês: «**Ali tudo é falso** [...] Em finais dos anos 70, Robert Faurisson explorou tanto melhor **essas falsificações** quanto os responsáveis do museu mostravam reticências em reconhecê-las». E Conan prossegue: «[Algumas pessoas], como Théo Klein, [preferem que se deixe a câmara de gás tal] como está, mas explicando ao público o **disfarce**: "a História é o que é; basta contá-la, mesmo quando não é simples, ao invés de **acrescentar artifício sobre artifício**". E Conan refere seguidamente uma afirmação alucinante da subdirectora do Museu Nacional de Auschwitz, que não se resigna a explicar ao público o disfarce. Escreve: «Krystyna Olesky [...] não se decide: «**De momento, deixamo-la como está [essa sala classificado como câmara de gás]** e não

explicamos nada ao visitante. É demasiado complicado. Mais tarde veremos» (Eric Conan: «Auschwitz: la mémoire du mal», *L'Express*, 19-25 de Janeiro de 1995, p. 68).

Observação: Falando claro, este comentário de uma responsável polaca significa: temos estado a mentir, continuamos a mentir e até nova ordem continuaremos a mentir. Em 2005 perguntei a E. Conan se as autoridades do Museu de Auschwitz haviam publicado algum desmentido ou formulado qualquer protesto pelas frases que ele, em 1995, atribuíra a K. Oleksy. A sua resposta foi a de que não tinha havido qualquer desmentido, nem protesto. Em 1996, essa impostura e outras igualmente relativas ao campo de Auschwitz-I foram denunciadas por dois autores judeus, Robert Jan van Pelt e Deborah Dworak, numa obra comum: *Auschwitz, 1270 to the Present*, Yale University Press, 443 p. Eis aqui um mostruário das palavras que lhes ocorrem: «**postwar obfuscation**», «**additions**», «**deletions**» «**suppression**», «**reconstruction**» «**largely a postwar reconstruction**» (p. 363); «**reconstructed**», «**usurpation**», «**re-created**», «**four hatched openings in the roof, as if for pouring Zyklon B into the gas chamber below, were installed [after the war]**» (p. 364); «**falsified**», «**inexact**», «**misinformation**», «**inappropriate**» (p. 367); «**falsifying**» (p. 369). Em 2001, o carácter falaz dessa câmara de gás Potemkin foi igualmente reconhecido num folheto que acompanhava dois CD-rom intitulado: *Le Négationnisme*. Redigido por Jean-Marc Turine e Valérie Igounet, esse folheto tem um prefácio de Simone Veil (Radio-France-INA, Vincennes, Frémeaux et Associés).

17) **Em 1996**, Jacques Baynac, historiador francês, de esquerda e decididamente anti-revisionista desde 1978, acabou por admitir, pensando bem, que não havia provas da existência de câmaras de gás nazis. Apenas se pode constatar, escreve, «**a ausência de documentos, de vestígios ou de outras provas materiais**» (*Le Nouveau Quotidien de Lausanne*, 2 de Setembro de 1996, p. 16, e 3 de Setembro de 1996, p. 14). Mas diz que persiste em crer na existência dessas mágicas câmaras de gás.

Observação: Em suma, J. Baynac diz: «Não há provas mas creio», enquanto que um revisionista pensa: «Não há provas, portanto nego-me a crer e o meu dever é contestar».

18) **Em 2000**, no final da sua *Histoire du négationnisme en France* (Paris, Gallimard), Valérie Igounet publicou um extenso texto no final do qual Jean-Claude Pressac, que fora um dos mais acérrimos adversários dos revisionistas, assina uma verdadeira acta de capitulação. Na realidade, retomando a expressão do professor Michel de Boüard, declara que o dossier do sistema concentracionário está «**podre**», e de modo irremediável. Escreve: «Poder-se-á rectificar o rumo?» e responde: «É demasiado tarde». Acrescentando: «A forma actual, ainda que triunfante, de apresentação do universo dos campos está **condenada**». E termina considerando que tudo o que se inventou em torno de sofrimentos demasiado reais está votado aos **caixotes do lixo da história** (p. 651-652). Em 1993-1994, esse protegido do judeu francês Serge Klarsfeld e do rabi americano Michael Berenbaum, director científico do Museu do Holocausto de Washington, havia sido celebrado no mundo inteiro como um extraordinário investigador que, no seu livro sobre *Les Crématoires d'Auschwitz, la machinerie du meurtre de masse* (Paris, CNRS editions, 1993) havia, ao que parecia, esmagado a hidra do revisionismo. Aqui, no livro de V. Igounet, assiste-se à assinatura da sua capitulação.

Observação: O grande público é mantido na ignorância sobre um facto capital: o homem providencial que a imprensa do mundo inteiro havia apresentado como um investigador extraordinário que havia finalmente

descoberto a prova científica da existência das câmaras de gás nazis, esse homem acabou por reconhecer o seu erro. Alguns anos mais tarde, nem um único órgão de imprensa assinalou a sua morte.

19) **Em 2002**, R. J. van Pelt, anteriormente mencionado, publicou *The Case for Auschwitz. Evidence from the Irving Trial*, Indiana University Press, XVIII, 571 p. Como se sabe, David Irving que é, quando muito, um semi-revisionista e que conhece mal a argumentação revisionista, perdeu o processo por difamação que tivera a imprudência de intentar contra a universitária judia americana Deborah Lipstadt. Tentou ineficazmente defender a tese – perfeitamente correcta de resto – segundo a qual não existiram câmaras de gás homicidas em Auschwitz. Mas, não obstante, marcou um ponto essencial e, se o juiz Charles Gray e outros juízes depois de si tivessem tido mais coragem, esse ponto deveria ter-lhe permitido vencer o pleito. O argumento resumia-se a uma fórmula de quatro palavras que eu havia lançado em 1994: «No holes, no Holocaust». O meu raciocínio havia sido o seguinte: 1. Auschwitz está no centro do «Holocausto»; 2. Os grandes crematórios de Auschwitz-Birkenau, ou Auschwitz-II, estão no centro do vasto complexo de Auschwitz; 3. No coração desses crematórios encontravam-se, ao que se diz, uma ou várias câmaras de gás homicidas; 4. Hoje apenas um desses crematórios (o crematório n.º 2), apesar de estar em ruínas, permite ir examinar a divisão que se pretende ter sido uma câmara de gás homicida; é o lugar presumido de um presumido crime; 5. Afirmam-nos que para matar os detidos judeus amontoados nesse espaço, um SS deslocando-se sobre o tecto de betão da dita câmara de gás, despejava o granulado de Zyklon-B através de quatro orifícios regulares situados no tecto; 6. Ora é visível à vista desarmada que tais orifícios jamais existiram; 7. Logo, o crime não pode ter sido cometido. R. J. van Pelt, testemunhando contra David Irving, sofreu mil torturas para tratar de encontrar uma refutação a este argumento. No final de contas, nem ele nem os seus colaboradores o conseguiram. O juiz Gray, também teve, por sua vez, que reconhecer «**the apparent absence of evidence of holes**» (acta verbatim, p. 490) e, de maneira mais geral, concedeu que «**contemporaneous documents yield little clear evidence of the existence of gas chambers designed to kill humans**» (p. 489; para mais detalhes, vejam-se as páginas 458-460, 466-467, 475-478 e 490-506). No próprio texto do julgamento, Charles Gray reconhece a sua surpresa: «I have to confess that, in common I suspect with most other people, I had supposed that the evidence of mass extermination of Jews in the gas chambers at Auschwitz was compelling. I have, however, set aside this preconception when assessing the evidence adduced by the parties in these proceedings» (13.71). O fracasso dos historiadores-acusadores encontra-se aqui patente e David Irving devia ter ganho o seu julgamento graças a essa constatação de um juiz que lhe era hostil: decididamente os documentos da época não nos revelam senão poucos elementos de prova, que sejam claros, da existência das câmaras de gás nazis e, por conseguinte, de uma política alemã de extermínio dos judeus. Não é esta, ao fim e ao cabo, a conclusão a que já chegavam, como anteriormente observámos, muitos historiadores judeus, a começar por Léon Poliakov em 1951?

20) **Em 2004**, um historiador francês, Florent Brayard, publicou uma obra intitulada: *La «solution finale de la question juive». La technique, le temps et les catégories de la décision*, Paris, Fayard, 640 p. Em 2005, numa resenha desta obra, podem-se ler as três frases seguintes: «Sabe-se que o Führer não redigiu, nem assinou uma ordem de supressão dos judeus, que as decisões – posto que houve várias – foram tomadas **no segredo** de conversações com Himmler, **eventualmente** Heydrich e/ou Göring. **Supõe-se** que, mais que uma ordem explícita, Hitler deu a sua aprovação a solicitações ou projectos dos seus interlocutores. **Eventualmente** não a terá ele sequer formulado, dando-a a entender através

de um silêncio ou um gesto de assentimento» (Yves Ternon, *Revue d'histoire de la Shoah*, Julho-Dezembro de 2005, p. 537).

Observação: Quase a cada palavra, estas frases demonstram que o seu autor se encontra reduzido a especulações aventurosas. Quando ousa avançar sem o mínimo indício que eventualmente Hitler se fez entender por «um silêncio ou um gesto de assentimento», não faz mais que retomar a teoria do «nod» (sinal de cabeça do Führer!) emitida pelo professor Christopher Browning no processo Zündel em Toronto em 1988. Nenhum universitário de convicções anti-revisionistas se mostrou mais patético nem mais néscio que este shabbat-goy. A tal ponto é verdade que, aniquilada pelas vitórias revisionistas, a tese oficial acabou por esvaziar-se de todo o conteúdo científico.

Balanço destas vitórias revisionistas

Recapitulemos brevemente estas vitórias revisionistas.

Postos entre a espada e a parede pelos revisionistas, os historiadores oficiais do suposto extermínio físico dos judeus acabaram por reconhecer que, desde o ponto de vista histórico e científico, já não lhes resta nenhum argumento para suportar a sua atroz acusação. Reconhecem, com efeito: 1) que não podem remeter-nos a nenhum documento que prove o crime; 2) que são incapazes de apresentar a menor representação da arma do crime; 3) que não possuem provas, nem sequer elementos de provas; 4) que não podem indicar nenhum testemunho verídico (veja-se supra a opinião de Simone Veil); 5) que o seu dossier está *podre* (bis), *irremediavelmente podre* e que *o seu destino é acabar nos caixotes do lixo da história*; 6) que as fontes outrora invocadas se revelaram não só mais escassas do que pretendido, mas ainda duvidosas; 7) que os pretensos vestígios são poucos, dispersos e de difícil interpretação; 8) que houvera da sua parte falsificações, disfarce e artifício; 9) que para sustentar a tese oficial se invocou com demasiada frequência uma «história tola» (sic), a de uma decisão de exterminar os judeus que teria sido tomada em 20 de Janeiro de 1942 em Berlim-Wannsee; 10) que o primeiro de entre eles, Raul Hilberg, se encontra hoje reduzido a tudo explicar de modo disparatadamente excêntrico, através de supostas iniciativas que a burocracia alemã, segundo ele, teria ousadamente adoptado, sem ordem, sem plano, sem instrução, sem controle e simplesmente graças, ao que parece, a *um incrível encontro de mentes* e a *uma transmissão de pensamento consensual*. Estes historiadores oficiais não souberam responder a nenhuma solicitação ou contestação dos revisionistas, como: 1) «Show me or draw me a Nazi gas chamber»; 2) «Bring me one proof, one single piece of evidence of your own choosing, on the grounds of which to assert that there was a genocide»; 3) «Bring me a testimony, one single testimony, the best one in your opinion», ou ainda 4) «No holes, no Holocaust». Encostados às cordas do ringue, os historiadores conformistas apelaram aos tribunais para condenar os revisionistas, mas, ao invés do que se poderia supor, deu-se o facto de os juízes, por vezes, terem ido ao ponto de render homenagem à probidade dos revisionistas, ou de manifestar a sua surpresa ante a escassez ou ausência de provas documentais dos acusadores. A partir daí, inicialmente em França e depois em muitos outros países da Europa, o recurso desses acusadores foi pedir a aprovação de leis especiais para fazer calar os revisionistas. E com isso assinaram a sua condenação. Recorrer a leis especiais, à polícia e à prisão, é confessar a sua impotência na utilização dos argumentos da razão, da história e da ciência.

Poderiam recordar-se aqui com argumentos mais que demonstrassem que, no plano da história e da ciência, **já não resta pedra sobre pedra no imenso edifício de mentiras erigido pelos sectários do «Holocausto» ou da «Shoah»**. Em contraste com este campo de ruínas vimos como se construiu o edifício de toda uma literatura revisionista. Nela se descobre uma profusão de documentos, fotografias, peritagens, transcrição de julgamentos, relatórios técnicos e científicos, testemunhos, estudos estatísticos, tudo isso com referência a cem aspectos da história da Segunda Guerra Mundial, que mostram o que foi na realidade o destino dos judeus europeus e que demonstram de modo luminoso que a versão judaica desta guerra pertence em boa medida ao universo do mito. **Partindo do mito, os judeus passaram à mitologia e da mitologia à religião ou, melhor, a uma aparência de religião**. Hoje os sacerdotes dessa falsa religião assemelham-se, cada vez mais, a esses párocos que continuam a celebrar o culto e que repetem as fórmulas consagradas mas, manifestamente, sem manterem a fé. Já não crêem realmente no seu «credo». É assim que, por exemplo, desde há uns dez anos, os vemos aconselhar aos seus bandos que observem a maior discrição possível acerca do tema das câmaras de gás. Nas suas memórias, a notória falsa testemunha Elie Wiessel escreveu em 1994: «As câmaras de gás, mais vale que permaneçam fechadas aos olhares indiscretos. E à imaginação» (*Tous les fleuves vont a la mer...*, Paris, Le Seuil, 1994, p. 97). Tal como ele, Claude Lanzmann (autor do filme *Shoah*), Daniel Goldhagen (autor de *Hitler's Willing Executioners*), Simone Veil (ex presidente do Parlamento Europeu, já citada), François Léotard (ex ministro) vêm-se tornando, desde há alguns anos, espantosamente reservados, prudentes ou silenciosos a respeito do assunto. Há alguns meses, Jacques Attali (homem de negócios judeu e historiador), acaba de decretar: «A imensa maioria dos judeus assassinados foram-no pelas armas individuais dos soldados e polícias alemães, entre 1940 e 1942, e pelas fábricas da morte criadas depois» («Groupes de criminels?», *L'Express*, 1 de Junho de 2006, p. 60). Este modo implícito de obviar ao tema das pretensas câmaras de gás nazis torna-se corrente. Tenta-se substituir a mentira de Auschwitz pela mentira de Babi Yar ou outras fantásticas matanças na Ucrânia ou nos Países Bálticos mas nem uma única vez nos dão a esse respeito provas científicas tais como relatórios de exumação e de autópsia, como foi o caso para as matanças reais perpetradas pelos soviéticos em Katyn, Vinnitsa ou outros locais. Quanto ao número de mortos em Auschwitz, quase já não nos dizem que foram 9.000.000 (como em *Nuit et Brouillard*), 8.000.000, 6.000.000 ou 4.000.000 (como no Processo de Nuremberga ou nas estelas de Auschwitz-Birkenau até 1990). Conformam-se com 1.500.000 (como nessas mesmas estelas desde 1995), ou com 1.100.000, ou com 700.000 (como escrevia Jean Claude Pressac), ou ainda de 510.000 (como concluiu Fritjof Meyer em 2002: «Die Zahl der Opfer von Auschwitz», *Osteuropa*, Maio de 2003, p. 631-641), não possuindo todas estas últimas cifras mais fundamento que as precedentes.

Conclusão geral

Temos o privilégio de assistir, neste início do século XXI, a um sério questionar de uma das maiores mentiras da história. **Por mais que o mito do «Holocausto» brilhe como mil fogos, na realidade está-se consumindo.** Serviu para justificar a criação na terra da Palestina de uma colónia guerreira que tomou o nome de «Estado judeu» e que se dotou de um «Exército judeu». Impõe ao mundo ocidental o jugo de uma tirania judaica ou sionista que se exerce em todos os âmbitos da vida intelectual, universitária e mediática. Envenena até à alma de um grande país, a Alemanha. Permitiu extorquir a este último país, assim como a muitos outros do mundo ocidental, somas exorbitantes em marcos, em dólares ou em euros. Subjuga-nos com filmes, museus, livros que alimentam o fogo de um ódio de carácter talmúdico. Permite o apelo à cruzada armada contra «o eixo do mal» e para tal, fabricar, conforme as necessidades, as mais desavergonhadas mentiras, precisamente segundo o modelo da Grande Mentira do «Holocausto» porque não há nenhuma diferença entre as «armas de destruição maciça» de Adolf Hitler e as de Saddam Hussein. Permite acusar quase o mundo inteiro e exigir em toda a parte «arrepentimento» e «reparações», quer por pretensas acções dirigidas contra «o povo eleito de Yahweh», quer por uma pretensa cumplicidade no crime, quer por uma pretensa indiferença geral perante a sorte dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Tem no seu activo vagas sucessivas de julgamentos falseados, a começar pelo infame processo de Nuremberga. Autorizou milhares de enforcamentos de soldados vencidos, uma Depuração atroz, a deportação de milhões de civis expulsos da terra dos seus antepassados, saques sem nome, dezenas de milhares de escandalosas acções judiciais, incluindo, hoje em dia, processos persecutórios a octogenários ou nonagenários contra os quais judeus «milagrosamente salvos» se apresentam a prestar falsos testemunhos. Estas abominações, esta desmedida na mentira e no ódio, este húbris que o destino, num dia ou noutro, acaba sempre por castigar, em resumo todos estes excessos, têm de terminar. Nenhum povo mostrou mais paciência frente a esse húbris judaico ou sionista do que o povo árabe; ora acontece que mesmo esse povo está a atingir o limite da sua paciência. Vai-se desembaraçar do jugo israelita e fazer entender ao Ocidente que é chegado o momento de procurar uma verdadeira paz em vez de sustentar pela força das armas um estado artificial que apenas se mantém pela força. Mesmo no Ocidente, mesmo nos Estados Unidos, começam a abrir-se alguns olhos e começa-se a tomar consciência dos riscos que impõe à comunidade internacional uma submissão tão prolongada à falsa religião do «Holocausto», arma nº 1, espada e escudo do Estado de Israel.

Conclusão prática

Existem meios práticos para iniciar uma verdadeira acção contra essa falsa religião cujo santuário se situa em Auschwitz.

Como se sabe, no centro de Auschwitz encontra-se uma câmara de gás emblemática. Até hoje, cerca de trinta milhões de turistas a visitaram. Trata-se de uma impostura; todos os historiadores disso têm consciência e as autoridades do Museu Estatal de Auschwitz sabem-no melhor que ninguém. Ora a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação,

a Ciência e a Cultura), a pedido do governo polaco, incluiu, em 26 de Outubro de 1979, o campo na lista dos sítios ou bens culturais (*Cultural Property*) do Património mundial, **assumindo a responsabilidade pela preservação da sua autenticidade. Pela minha parte, sugiro pois que a UNESCO seja demandada judicialmente por esse caso de impostura, que constitui um atentado à educação, à ciência e à cultura. De modo mais geral, poderíamos retomar a frase pronunciada em 1979 por Jean-Gabriel Cohn Bendit: «Lutemos, pois, para que se destruam aquelas câmaras de gás que se mostram aos turistas nos campos em que agora se sabe nunca ter existido nenhuma» (*Libération*, 5 de Março de 1979, p. 4).**

Existem outros meios práticos de lutar contra a tirania do mito do «Holocausto», começando pela comunicação ao mundo inteiro destas «vitórias revisionistas» que até aqui se lhe ocultaram. Confio nos revisionistas presentes nesta assembleia para que nos sugiram outros meios e para que os debatamos.

Pela prática da mentira em grande escala, os sectários do «Holocausto» foram-se convertendo pouco a pouco em inimigos do género humano. Desde há mais de sessenta anos, vão sentando no banco dos acusados pouco menos que o mundo inteiro. O seu principal alvo foi, naturalmente, a Alemanha e todos quantos, com este país, acreditaram dever lutar contra Estaline do mesmo modo que outros, no lado contrário, acreditavam dever lutar contra Hitler. Mas no seu frenesim acusador, as organizações judaicas foram ao ponto de reprovar os aliados pela sua pretensa «indiferença» criminosa ao destino dos judeus europeus. Dirigiram acusações a Roosevelt, a Churchill, a de Gaulle, ao Papa Pio XII, ao Comité Internacional da Cruz Vermelha bem como a muitas outras personalidades, instituições ou países por não terem denunciado a existência das «câmaras de gás». Mas, como se poderia ter dado por verídico o que, com manifesta evidência, mais não era que um grotesco rumor de guerra? Basta ler a obra do judeu Walter Laqueur *The Terrible Secret* (Londres, Weidenfeld & Nicholson, 1980, 262 p.), para aí notar umas trinta referências ao cepticismo, perfeitamente justificado, do campo aliado, perante o caudal de rumores procedentes de fontes judaicas. Haviam sido levadas a cabo investigações que permitiam concluir que os rumores eram infundados. **Foi, portanto, clarividência e não indiferença, que os Aliados e demais acusados demonstraram. E foi essa mesma clarividência que, depois da guerra, nos seus discursos ou memórias, Churchill, de Gaulle e Eisenhower, manifestaram ao não mencionarem uma única vez as ditas «câmaras de gás».**

A guerra e a propaganda de guerra necessitam da **mentira** assim como as cruzadas e o espírito de cruzada se alimentam do **ódio**. Ao invés, a paz e a amizade entre os povos não podem senão ganhar com a preocupação de **exactidão** em matéria de investigação histórica, investigação essa que deve poder ser exercida em completa **liberdade**.

Dois documentos anexos relativos à pretensa câmara de gás de Auschwitz-I

1) Integralidade do que disse a seu respeito Eric Conan em 1995

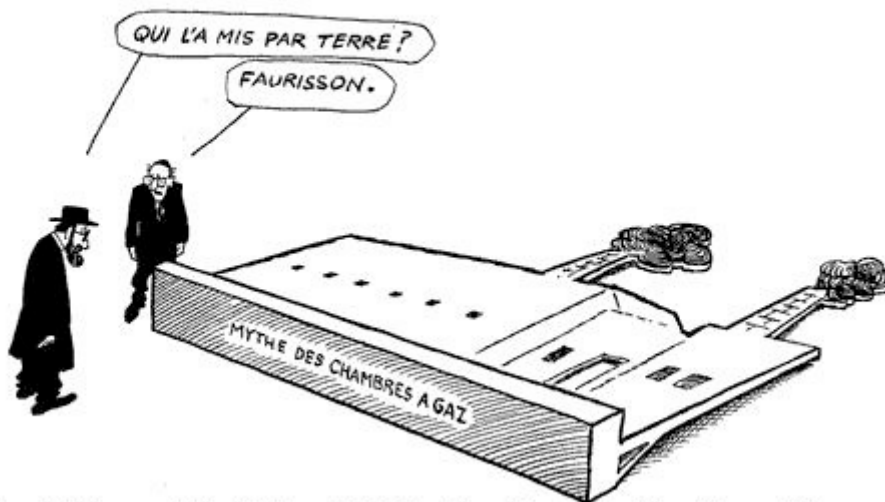
Outro assunto delicado: que fazer com as falsificações legadas pela gestão comunista? Nos anos 50 e 60, vários edifícios, que haviam desaparecido ou mudado de função, foram reconstruídos com importantes erros, e apresentados como autênticos. Alguns, demasiado «novos», foram encerrados ao público. Para não falar de câmaras de gás de desinfecção, apresentadas por vezes como câmaras de gás homicidas. Essas aberrações foram muito úteis aos negacionistas que delas retiraram o essencial das suas fantasias. O exemplo do crematório I, o único de Auschwitz-I, é significativo. No seu depósito de cadáveres instalou-se a primeira câmara de gás. Funcionou pouco tempo, no início de 1942: o isolamento da zona que os gazeamentos implicavam perturbava a actividade do campo. Foi portanto decidido, em finais de Abril de 1942, transferir esses gazeamentos mortais para Birkenau onde foram praticados, sobre vítimas essencialmente judias, a uma escala industrial. O crematório I foi, em seguida, transformado em abrigo antiaéreo, com sala de operações. Em 1948, quando se criou o museu, o crematório I foi reconstruído num estado de origem suposto. Tudo ali é falso: as dimensões da câmara de gás, a localização das portas, as aberturas para verter o Zyklon B, os fornos, reconstruídos com base nas recordações de alguns sobreviventes, a altura da chaminé. Em finais dos anos 70, Robert Faurisson explorou tanto melhor essas falsificações quanto os responsáveis do museu mostravam reticências em reconhecê-las. Um negacionista americano acaba de realizar um vídeo na câmara de gás (que continua a ser apresentada como autêntica): vemo-lo a dirigir-se aos visitantes para lhes participar as suas «revelações». Jean-Claude Pressac, um dos primeiros a estabelecer exactamente a história dessa câmara de gás e das suas modificações durante e depois da guerra, propõe restaurá-la no seu estado de 1942, baseando-se em planos alemães que acaba de encontrar nos arquivos soviéticos. Outros, como Théo Klein, preferem deixá-la como está, mas explicando ao público o disfarce: «a História é o que é; basta contá-la, mesmo quando não é simples, ao invés de acrescentar artifício sobre artifício». Kristina Oleksy, cujo gabinete directorial, que ocupa o antigo hospital das SS, dá directamente para o crematório I, não se resolve: «De momento, deixamo-la como está e não explicamos nada ao visitante. É demasiado complicado. Mais tarde veremos» (Eric Conan, “Auschwitz: la mémoire du mal”, L’Express, 19-25 de Janeiro de 1995, páginas 54-69; p. 68).

No seu extenso estudo, E. Conan quis demonstrar quão longe está a «memória» da história. Fê-lo sem questionar o dogma do «Holocausto»; chegou a expressar a sua fé na existência da arma de destruição maciça chamada «câmara de gás» e deu por exactas e comprovadas asserções que não possuem o menor fundamento científico. Não obstante, teve o valor de denunciar graves embustes, entre os quais o da «câmara de gás» **emblemática** que se mostra hoje aos visitantes de Auschwitz. E atreve-se a admitir que, desde finais dos anos 70, eu tinha razão a esse respeito. Em 2005, perguntei-lhe se o seu estudo havia suscitado rectificações ou protestos, em particular por parte das autoridades do Museu Estatal de Auschwitz e de Kristina Oleksy. A sua resposta foi: «Nenhuma».

2) Integralidade do que se diz a seu respeito num fascículo de CD-rom prefaciado por Simone Veil

«Motivação [Robert Faurisson], tem-na: o amor exclusivo à verdade, tal seria uma das suas obsessões. Universitário, Robert Faurisson utilizará de maneira incessante esta caução científica, pretensa prova de respeitabilidade. Lê Maurice Bardèche. Descobre Paul Rassinier. «Descasca» Rimbaud, Lautréamont e Apollinaire. Homem brilhante e culto, nem por isso deixa de ser um provocador. Durante os anos setenta, Robert Faurisson trabalha. Esboça o seu método histórico-literário. Frequenta os arquivos de Auschwitz. A sua negação constrói-se aí. Fundamenta-se num facto real: a câmara de gás do campo de Auschwitz I é uma «reconstituição», já que serviu de armazém para os medicamentos dos SS e de refúgio antiaéreo após a entrada em funcionamento das câmaras de gás de Auschwitz II-Birkenau; o que pôde ver (e que ainda se pode ver) é uma suposta câmara de gás. É inegável. Tal não obsta a que para Robert Faurisson se trate de uma aldrabice cujos autores são os Judeus» (Le Négationnisme (1948-2000). Conversas radiofónicas em France Culture sob a direcção de Jean-Marc Turine. Fascículo de Valérie Igounet e Jean-Marc Turine com prólogo de Simone Veil, Vincennes, Frémeaux et associés, 2001, 48 páginas; p. 27-28.)

Nas páginas seguintes, dois desenhos de «Chard»



Chard | France | 2nd Prix

Trophée + Mention Honorable

- (Mito das câmaras de gás)
- Quem o derrubou?
- Faurisson

1 de Novembro de 2006: este desenho de “Chard” (Françoise Pichard, de Paris) ganha o segundo prémio do concurso internacional de caricaturas do «Holocausto» organizado pelo Irão.



- E no entanto não há gaseamento nenhum...

O professor Bruno Gollnisch tinha simplesmente declarado que, tratando-se do tema das câmaras de gás, os historiadores deviam poder pronunciar-se livremente. Para começar, foi objecto por parte da Universidade de Lião-III de uma medida de suspensão por um período de cinco anos. Seguidamente, nos dias 7 e 8 de Novembro de 2006, teve que comparecer ante o tribunal de Lião, composto pelo juiz Fernand Schir e seus dois assessores. Pressões e chantagem fizeram com que se afundasse e reconhecesse ante os seus juízes a existência do genocídio judeu e das câmaras de gás nazis. O julgamento realizar-se-á no dia 18 de Janeiro de 2007. Convém saber que em França, a lei proíbe contestar a existência dos crimes nazis contra os judeus «mesmo se [essa contestação] é apresentada sob uma forma disfarçada ou dubitativa ou por via de insinuação» (*Code pénal*, 2006, p. 2059). Consequentemente, nessa matéria, não se pode contestar, **nem mesmo parecer que se contesta.**

AAARGH

THE WEBSITE WAS FOUNDED IN 1996 BY AN INTERNATIONAL TEAM

<http://vho.org/aaargh>

<http://aaargh.com.mx>

We work in French, English, German, Spanish, Italian, Rumanian, Russian, Czech, Danish, Indonesian, Portuguese, Dutch, Hungarian, Arabic, Dutch,

Swedish, Greek, Turkish...

THE YEARLIES OF AAARGH

<http://revurevi.net>

Conseils de révision

Gaette du Golfe et des banlieues

The Revisionist Clarion

Il resto del ciclo

El Paso del Ebro

Das kausale Nexusblatt

O revisionismo em lingua português

Arménichantage

NEW ADDITIONS ON AAARGH

<http://aaargh.com.mx/fran/nouv.html>

<http://vho.org/aaargh/fran/nouv.html>

BOOKS (380) PUBLISHED BY AAARGH ON INTERNET

<http://vho.org/aaargh/fran/livres/livres.html>

<http://aaargh.com.mx/fran/livres/livres.html>

DOCUMENTS, COMPILATIONS, AAARGH REPRINTS

<http://aaargh.com.mx/fran/livres/reprints.html>

<http://vho.org/aaargh/fran/livres/reprints.html>

FREE SUBSCRIBE: (E-MAIL)

revclar@yahoo.com.au

elrevisionista@yahoo.com.ar

MAIL:

aaarghinternational@hotmail.com

We claim to be protected by the 1948 Universal Declaration of Human Rights; <http://www.un.org/Overview/rights.html>

AAARGH, TO AVOID DYING STUPID.